



Queiroga aproveita solenidade para afirmar que nada deve interferir na relação profissional da saúde-paciente, mesmo que seja a prescrição de medicamentos ineficazes contra o coronavírus. E, como Bolsonaro, diz que cidadão deve ter a liberdade de não se vacinar

Defesa da autonomia para aplicar kit covid

» MARIA EDUARDA CARDIM
» FERNANDA STRICKLAND

Aproveitando uma solenidade em celebração ao Dia do Médico, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, defendeu, ontem, a autonomia na relação entre médico e paciente e a liberdade dos cidadãos em relação às políticas públicas de saúde. As declarações foram, sobretudo, uma defesa velada da aplicação do ineficaz kit covid — segundo ele, “a relação médico-paciente tem que ser baseada na autonomia do médico e do paciente” — e da não obrigatoriedade de se vacinar, conforme pensa o presidente Jair Bolsonaro.

A posição manifestada por Queiroga em favor da autonomia médica vem no exato momento em que a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) pode aprovar um relatório crítico ao uso de medicamentos sem efeito contra o novo coronavírus — como cloroquina, ivermectina e azitromicina.

“O vínculo médico-paciente é inquebrantável, não pode ser quebrado por quem quer que seja, nem pelo Estado. É uma relação entre a consciência do médico e a confiança do paciente”, defendeu Queiroga, durante o lançamento do programa SOS de Ponta, que visa qualificar profissionais da urgência do Sistema Único de Saúde (SUS). Naquele exato momento, a CPI da Covid ouvia pessoas que perderam parentes para o novo coronavírus e faziam duras críticas à condução da pandemia pelo governo federal.

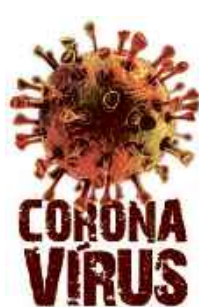
O ministro foi auxiliado pela secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro — conhecida pelo apelido de “capitã cloroquina” por ser defensora do uso do fármaco no tratamento da

Ed Alves/CB/D.A Press



De forma velada, Mayra e Queiroga defenderam o kit covid, cujo relatório da Conitec deverá deixar clara sua ineficiência contra a doença

covid-19. Ela afirmou que a autonomia médica foi questionada durante a pandemia. “Não sabíamos que teríamos, ao longo de uma pandemia, o desafio de enfrentar pessoas que não conhecem a arte médica. Nada entendem de medicina e passaram a questionar a nossa autonomia, o direito da nossa relação médico-paciente, o di-



reito das nossas escolhas, o direito de salvar vidas. Fomos questionados, estamos sendo perseguidos, desafiados a não exercer essa autonomia para qual nós fomos formados”, observou. Sobre a obrigatoriedade da vacinação contra a covid-19, Queiroga foi na direção daquilo que Bolsonaro ataca — como a adoção do passaporte de vaci-

nação. O ministro indicou que o governo federal não apoiará tal medida, implementada em alguns estados. “O governo do presidente Bolsonaro é um governo que defende fortemente a vida, desde a sua concepção, mas é um governo que defende fortemente a liberdade. Nós queremos que as pessoas, livremente, possam ter acesso às políticas públicas de saúde, como, por exemplo, a política de vacinação”, justificou Queiroga.

Contestações

A Associação Médica Brasileira (AMB) manifestou-se contrariamente às afirmações do ministro e da secretária. De acordo com o presidente da entidade, César Eduardo Fernandes, “a AMB defende a autonomia, desde que a escolha seja feita sobre algo que a ciência comprova funcionar. Se não há evidências científicas, não é medicina. Nós, médicos, somos capacitados para buscar as melhores alternativas e melhores benefícios”, afirmou.

A AMB defende a autonomia, desde que a escolha seja feita sobre algo que a ciência comprova funcionar. Se não há evidências científicas, não é medicina. Nós, médicos, somos capacitados para buscar as melhores alternativas e melhores benefícios”

Manifestação da Associação Médica Brasileira sobre o entendimento do ministro Marcelo Queiroga sobre autonomia médica

lhores alternativas e melhores benefícios”, afirmou.

Já a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) disse que não apoia o tratamento precoce. Em nota, salientou que “é uma sociedade científica, e todos seus posicionamentos se pautam na ciência, e não em meios sem fundamentação”.

O infectologista Julival Ribeiro observou que “o médico, sim, tem que ter liberdade ao tratar seu paciente, entretanto tem que seguir os preceitos científicos que regem a ciência. Não se justifica usar medicação sem comprovação de eficácia para tratar a covid-19. Portanto, tem que ser baseado em evidências científicas”.

Procurado pelo Correio, o Conselho Federal de Medicina (CFM) não se manifestou até o fechamento desta edição.

INSEGURANÇA ALIMENTAR

No CE, comida catada em caminhão de lixo

*GABRIELA CHABALGOITY

Depois da cena de pessoas, no Rio de Janeiro, disputando sebo de carne e ossos na caçamba de um caminhão que recolhe restos dos açougues da cidade, outra imagem que evidencia o avanço da fome e da pobreza extrema no país correu as redes sociais nas últimas horas: a de um grupo de pessoas revolvendo a caçamba de um caminhão que recolhe lixo, em Fortaleza. A cena foi flagrada no bairro Cocó — de classe alta — pelo motorista de aplicativo, André Queiroz, que a publicou. De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan), relativos a 2020, calcula-se que 19 milhões de brasileiros estejam em situação de fome — 9 milhões a mais que os dados coletados em 2018.

busca de alimentos jogados fora. “É isso aí que você vê no vídeo. Dá pena ver essas pessoas nessa situação humilhante. São idosos e até crianças, algumas vezes. As crianças chegam a entrar no caminhão. Os próprios lixeiros ficam sensibilizados. Alguns chegam ajudar”, disse.

Esse mesmo funcionário explicou, ainda, que os catadores de comida começaram a ser mais frequentes desde o início da pandemia. Antes, segundo ele, eram mais comuns aqueles que buscavam material reciclável, como papelão, caixa e plástico. “Hoje, o que vemos aqui é gente atrás de se alimentar. Eles pegam tudo: hortaliças murchas, mortadela, pão vencido e frutas machucadas ou já podres. Uma cena de cortar o coração”, acrescentou.

Para o professor de Políticas Públicas do Ibmec Brasília, Eduardo Galvão, cenas como a do Rio de Janeiro e a de Fortaleza são reflexo de uma recessão econômica que já se prenunciava no início da pandemia. “Houve ou-

Reprodução/TikTok



Imagens de pessoas mergulhando na caçamba de lixo correu as redes

tros fatores que agravaram essa situação, como, por exemplo, a inflação, a perda do poder de compra, relacionado ao aumento da gasolina e ao aumento do custo da energia elétrica, que encarecem os produtos”, explicou.

O padre Julio Lancelotti, conhecido por seu trabalho com a população de rua, afirmou que essa situação não é nova, mas piorou. “Acredito que não chegamos ainda ao fundo do poço. A situação ainda tende a piorar e o número de pessoas que vão se alimentar do lixo será cada vez

maior, comprando ossos, buscando carcaças. Uma forma de superação será garantir uma renda básica para todos”, propôs.

De acordo com estudo realizado, em abril deste, ano pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan) mostrou que menos da metade dos lares no país (44,8%) têm seus moradores em situação de insegurança alimentar.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

CAMINHONEIROS

Dividida, classe não se entende sobre greve

» VERA BATISTA

Parte dos caminhoneiros ameaça cruzar os braços a partir de 1º de novembro. Aqueles que são representados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), pelo Conselho Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas (CNTRC) e pela Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores (Abrava) asseguram que param as atividades porque o presidente Jair Bolsonaro não atendeu, segundo eles, as reivindicações da categoria. Mas outras representações da classe dizem que não vão acompanhar o movimento.

“Sou completamente contra. Não leva a lugar algum. Cada um sabe onde o calo aperta”, diz um caminhoneiro autônomo, que preferiu não se identificar. Outro que está à frente de uma associação — mas também pediu anonimato — informou que a greve “está em estudo”, mas dificilmente acontecerá.

“É por isso que o governo debocha da gente e fala que não tem medo de ameaça e que esse será mais um fracasso, como as 16 tentativas após 2018. Não se faz as coisas dessa forma. Perde-se a credibilidade”, explicou.

Mas, de acordo com o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí-RS, Carlos Alberto Litigati Dahmer, “o chamado de paralisação tem o respaldo de 1 milhão de caminhoneiros e a sociedade virá conosco”.

Entre as principais reivindicações estão: a redução do preço do diesel; a revisão da política de preços da Petrobras, conhecida como Preço de Paridade de Importação (PPI); a constitucionalidade do Piso Mínimo de Frete; o retorno da aposentadoria especial com 25 anos de contribuição ao INSS; a aprovação do novo Marco Regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas (PLC 75/18); e a melhoria e criação de Pontos de Parada e Descanso (Lei 13.103/15).